

7.6.3. Ainda que não haja impugnação formal, o Diretor da Unidade poderá determinar ex officio, de forma fundamentada, a substituição de membro da Comissão caso tenha conhecimento de causa de impedimento não declarada (verdade sabida). Com a nova publicação, observar-se-á o disposto nos itens anteriores desta cláusula.

7.7. Será considerada definitiva a Comissão Examinadora: a) quando não tenha sido apresentada qualquer impugnação, ou com sua substituição ex officio;

b) se a impugnação apresentada não for acolhida; c) se for acolhida a impugnação, for definitivamente superada a falha.

7.8. A impugnação da Comissão Examinadora deverá ser realizada através do endereço eletrônico: rh.marilia@unesp.br, dentro do prazo previsto no item 7.5.

8. PROVAS, AVALIAÇÃO E JULGAMENTO
8.1. O curso de provas e títulos constará duas fases: I - prova didática, de caráter classificatório e realizada por meio de videoconferência.

II - análise de Currículo Lattes documentado, de caráter classificatório.
8.2. As provas só terão início depois de publicadas as decisões de recursos eventualmente interpostos contra o indeferimento das inscrições.

8.3. Os critérios e respectivas pontuações de avaliação das provas, julgamento, classificação e desempate serão definidos pelo Conselho do Departamento de Ensino na Unidade Universitária, valendo-se de legislação específica, elaborada pela unidade e aprovada em Congregação, observadas as seguintes particularidades:

8.3.1. Na primeira fase do concurso, a avaliação de cada candidato consistirá ato privativo do integrante da Comissão, o qual deverá apresentar as suas notas de forma reservada à Presidência do órgão.

8.3.2. A abertura dos documentos de atribuição de notas será feita em reunião da Comissão (via videoconferência) e na presença de todos os seus membros titulares, depois de examinados todos os candidatos e esgotadas todas as fases.

8.3.3. A análise referida na segunda fase do concurso poderá ser feita de forma consensual pelos membros da Comissão, antes da abertura das demais notas atribuídas às provas e arguição da fase precedente, observados os critérios objetivos de pontuação previstos em legislação específica da Unidade e previamente divulgados no edital do concurso.

8.3.4. A arguição, análise e avaliação realizada pelos membros da Comissão Examinadora a distância, se dará nas mesmas condições oferecidas aos examinadores na forma presencial.

8.3.5. Apuradas todas as notas, serão divulgadas as médias finais, na ordem de classificação, permitindo a qualquer candidato, o acesso às planilhas de composição das notas de todos os candidatos.

8.3.6. O resultado do concurso será homologado pela Congregação da Unidade Universitária e publicado no Diário Oficial do Estado - DOE.

9. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO
9.1. Na avaliação do candidato será adotado o critério de notas de 0 (zero) a 10 (dez) em todas as provas. As provas terão os seguintes pesos:

- Análise Curricular - peso 1

- Prova Didática - peso 1

9.2. Na Prova de Títulos os critérios de avaliação com a respectiva pontuação serão:

i. Formação/Títulos - pontuação máxima 3,0

ii. Doutor em Ciências da Informação - 3,0;

iii. Doutor em áreas afins aos conteúdos ministrados nas disciplinas do curso - 2,5;

iv. Doutorado em Ciências da Informação - 2,0;

v. Doutorado em áreas afins aos conteúdos ministrados nas disciplinas do curso - 1,5;

vi. Mestre em Ciências da Informação - 1,0;

vii. Mestre em áreas afins aos conteúdos ministrados nas disciplinas do curso - 0,5;

viii. Mostrando em Ciências da Informação - 0,3;

ix. Mostrando em áreas afins aos conteúdos ministrados nas disciplinas do curso - 0,2.

Observações: Será considerada somente a titulação máxima do(a) candidato(a).

b) Atividades Científicas - pontuação máxima 2,5

i. Artigo Qualis A1 ou JCR - 0,5 por artigo;

ii. Artigo Qualis A2 ou Scopus - 0,4 por artigo;

iii. Artigo Qualis B1 - 0,3 por artigo;

iv. Artigo Qualis B2 - 0,2 por artigo;

v. Artigo Qualis B3 - 0,1 por artigo (limitado a 5 artigos);

vi. Artigo Qualis B4 - 0,05 por artigo (limitado a 5 artigos);

vii. Artigo Qualis B5 - 0,025 por artigo (limitado a 3 artigos);

viii. Artigos sem Qualis - 0,01 (limitado a 3 artigos);

ix. Livros publicados (livros organizados e/ou de autoria própria individual ou coletiva) - 0,5 por livro;

x. Capítulos de livros publicados - 0,3 por capítulo (limitado a 5 capítulos).

Observações:

(1) - Serão consideradas somente as publicações dos últimos 5 anos até a data da inscrição do candidato no concurso.

(2) - Serão considerados somente artigos já publicados ou aceitos para publicação.

(3) - Será considerado o Qualis (CAPES) da área de Comunicação e Informação.

c) Atividades Didáticas - pontuação máxima 2,5

i. experiência na Gradação nas(s) disciplina(s) do curso - Até 1,5;

ii. experiência na Graduação em outras disciplinas - Até 1,0;

iii. experiência em outros níveis - Até 0,5.

d) Outras Atividades Profissionais Relevantes - pontuação máxima 2,0

i. atividade em administração e gestão de unidades de informação - Até 1,0;

ii. experiência profissional relacionada a(s) disciplina(s) do curso (excluídas as atividades didáticas) - Até 1,0;

9.3. Na Prova Didática os critérios de avaliação com a respectiva pontuação serão:

- Apresentação do plano de aula e comunicação dos objetivos da aula: 0,5

- Comunicação e Expressão: 0,5

- Capacidade de relacionar os conteúdos com a prática profissional: 2,0

- Domínio de conteúdo e coerência bibliográfica: 2,5

- Comunicação didática e utilização dos recursos pedagógicos: 1,0

- Logística e organização dos conteúdos apresentados em aula: 2,0

- Adequação da aula ao nível de graduação: 1,0

- Controle do tempo para exposição: 0,5

10. HABILITAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E DESEMPATE

10.1. Serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem média igual ou superior a 07 (sete), atribuídas por pelo menos, 02 (dois) membros da comissão examinadora.

10.2. A ordem de classificação dos candidatos aprovados será estabelecida em função da maior média final obtida.

10.3. Em caso de igualdade da pontuação final, serão aplicados, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate:

- com idade igual ou superior a 60 anos, nos termos da Lei Federal 10.741/2003, entre si e frente aos demais, sendo que será dada preferência ao de idade mais elevada;

- melhor melhor média na Prova Didática;

- melhor melhor pontuação na Prova de Títulos;

- mais idoso entre aqueles com idade inferior a 60 anos.

11. DOS RECURSOS

11.1. Caberá recurso, devidamente fundamentado, à Congregação, nas seguintes hipóteses:

I - contra a decisão de indeferimento da inscrição, no prazo de 3 (três) dias úteis após a divulgação da lista de inscritos, no endereço eletrônico da Universidade;

II - do resultado final do concurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a partir da data de sua divulgação no Diário Oficial do Estado-DOE.

11.2. O pedido de acesso às notas, previsto no item 8.3.5, suspende o prazo do recurso contra o resultado final, o qual será retomado a partir do atendimento, estendendo-se por mais 1 (um) dia útil se o deferimento tiver ocorrido no último dia do prazo recursal.

11.3. A legitimidade para a interposição de recursos é exclusiva de candidato,

11.4. Os recursos terão a forma escrita, devendo ser realizada através do endereço eletrônico: rh.marilia@unesp.br, dentro do prazo previsto no Edital.

12. CONTRATAÇÃO

12.1. A contratação somente se efetivará após a homologação, esgotado o prazo para recurso ou julgados definitivamente os recursos interpostos.

12.2. Os candidatos aprovados dentro do número de vagas previstas no edital têm direito líquido e certo à contratação, no prazo de validade do concurso e na forma especificada no edital.

12.3. O contrato de trabalho será estabelecido em prazo máximo equivalente ao ano letivo fixado no calendário escolar, correspondendo ao período de até 10 (dez) meses, quando não poderá ser prorrogado, sendo que o estabelecido pelo período de até 5 (cinco) meses, poderá ser prorrogado uma única vez, a critério da Administração do Estado.

12.4. Apresentação de comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino;

12.5. Apresentação de comprovante de estar quieto com a Justiça Eleitoral;

12.6. O candidato estrangeiro fica dispensado das exigências contidas nos subitens 12.4 e 12.5.

12.7. Comprovação de não registrar antecedentes criminais.

12.8. O candidato deverá observar, o prazo de interesse mínimo entre o término da vigência de um contrato em qualquer Unidade da Unesp e o início de outro, previsto na Lei Complementar nº 1093/2009 e suas alterações.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. O resultado final do concurso público será publicado no Diário Oficial do Estado-DOE.

13.2. - A Congregação terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para responder o recurso impetrado, a contar do prazo final para recurso.

13.3. O resultado final do concurso público será homologado pela Congregação da Unidade Universitária.

13.4. Será eliminado do concurso público o candidato que não comparecer na prova didática (videoconferência) no dia e horário estabelecido ou não apresentar documento original oficial com foto.

13.5. O candidato deve se responsabilizar pela conexão da internet no momento da prova.

13.6. Ocorrendo problemas técnicos que impeçam a adequada participação dos membros da Comissão Examinadora e/ou do candidato, durante a realização da prova didática, havendo tentativas de restabelecimento da conexão sem sucesso, no período de 30 (trinta) minutos, a prova será suspensa e reagendada.

13.7. A validade deste concurso será a partir da data de publicação no Diário Oficial do Estado-DOE da homologação até o final do ano letivo.

13.8. Não haverá devolução de importância paga, ainda que maior ou em duplicidade, nem isenção total de pagamento do valor da taxa de inscrição, seja qual for o motivo alegado, exceto nos casos em que o concurso público não se realizar.

13.9. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações no Diário Oficial do Estado-DOE e no endereço eletrônico www.inscricoes.unesp.br, referente ao presente concurso.

13.10. Os questionamentos relativos a casos omissos ou duvidosos serão julgados pela comissão examinadora.

13.11. A inscrição implicará no conhecimento deste Edital e no compromisso de aceitação das condições do concurso, aqui estabelecidas.

13.12. O candidato será responsável por qualquer erro, omissão e pelas informações prestadas na ato da inscrição.

13.13. O candidato que prestar declaração falsa, inexistente ou, ainda, que não satisfaça a todas as condições estabelecidas neste Edital, terá sua inscrição cancelada, e em consequência, anulados todos os atos dela decorrentes, mesmo que aprovado e que o seja contratado posteriormente.

13.14. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais atualizações ou retificações, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em Edital ou Aviso a ser publicado no Diário Oficial do Estado-DOE.

13.15. Qualquer membro da Congregação da Unidade Universitária ou da Comissão tem legitimidade para denunciar à direção da Unidade, ao Tribunal de Contas ou ao Ministério Público, de forma fundamentada, as irregularidades que constar na execução do concurso, em qualquer das suas fases.

13.16. São de inteira responsabilidade do candidato os custos de deslocamento, hospedagem, alimentação, serviços de acesso/manutenção à internet e de equipamentos eletrônicos ou não de uso pessoal.

13.17. Toda menção a horário neste Edital e em outros atos dele decorrentes terá como referência o horário oficial de Brasília. (Proc. 729/2021-CM).

PROGRAMA

1. Documento diplomático: conceito e características.

2. Unidade Documental: conceituação e caracterização. Distinção das esferas pública e privada.

3. Diplomática contemporânea: usos e tendências.

4. A representação descritiva no contexto da Arquivologia: padronização e normalização.

5. Normas internacionais de descrição arquivística: ISADg, ISAARcsp, ISDF, ISDIAH.

6. Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NBRADDE).

7.Registros documentais manuais e automatizados: a questão da compatibilidade e interoperabilidade.

8. Autenticidade documental e a crítica diplomática.

9. Tipologia documental em arquivos.

10. A diplomática e a documentação eletrônica.

BIBLIOGRAFIA

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Revista Acrevo - Dossiê Normas e Terminologia em Arquivos. v. 20 n. 1-2 (jan./dez. 2007). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

BELLITTO, H. L. Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo. São Paulo: Impesp/Arq-SP, 2002. (projeto Como Fazer, 8)

BUCKLAND, M. What is a "document"? www.sims.berkeley.edu.

CARUCCI, P. et al. Documento e arquivo de gestão: diplomática de agora mismo. Carmona: Universidade Internacional Menéndez Pelayo, 1994 (Col. Biblioteca Arquivística, 2).

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). EAARG: modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos. Brasil: Conarq/Arquivo Nacional, 2006.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). ISAAR(CPF): norma internacional de registro de autoridade

arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias. 2ª ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). ISAD (G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística. 2ª ed. rev. adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19-22 de setembro de 1999, versão final aprovada pela CIA. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISDF: norma internacional para a descrição de funções. 1ª ed., Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISDIAH: norma internacional para a descrição de instituições com acervo arquivístico. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

DELMAS, B. Arquivos para quê? SP: Instituto Fernando Henrique Cardoso (IFHC), 2010.

DURANTI, L. Diplomática: novos usos para uma antiga ciência. Carmona : S&C, 1996.

DURANTI, L. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. Estudos históricos. Rio de Janeiro, v.7, n.13, p.49-64, 1994.

GUIMARAES, A. C., TOGNOLLI, N.B. O papel teórico de Luciana Duranti na Diplomática contemporânea: elementos para uma reflexão sobre a organização da informação. In: Paleografia e diplomática no Curso de Arquivologia - Santa Maria : Ed.FACOS - UFSM, 2007, p.159-173.

HEREDIA HERRERA, A. Manual de Instrumentos de descrição documental. Sevilla: Diputación Provincial, 1982.

LEAL, E. F.; BERWANGER, A. R. Noções de paleografia e diplomática. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 1996.

LOPEZ, A. P. A. Como descrever documentos de arquivo: elaboração de instrumentos de pesquisa. SP: Arquivo do Estado de São Paulo/Imprensa Oficial, 2002.

MARTINEZ GARCIA. Los principios de la descripción archivística. Boletín de la ANABAD. Tomo 49, nº1, 1999. P.51-108.

NUÑEZ-CONTRERAS, L. Concepto de documento. In: Archivistica: estudios básicos. Sevilla : diputación Provincial, 1981, p.25-44.

RODRIGUES, A. C. Da diplomática clássica à tipologia documental. Tipologia documental: diplomática contemporânea? In: Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos. Tese de doutorado. USP, 2008.

ROUSSEAUILL, COUTURE, C. Os Fundamentos da Disciplina Arquivística. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

Faculdade de Filosofia e Ciências

CAMPUS DE MARILIA

EDITAL Nº 180/2021-STDARH

Acham-se abertas, nos termos do Despacho nº Desp. 17-2021-Runesp de 18/02/2021, publicado em 19/02/2021 e com base na Resolução UNESP nº 58/2018 e alterações posteriores e Portaria UNESP nº 98/2021, as inscrições do concurso público de Provas e Títulos para contratação de 01 PROFESSOR SUBSTITUTO, por prazo determinado, em caráter emergencial, para atender excepcional interesse público, no período letivo de 2021, e por prazo máximo de 05 meses, em 12 horas semanais de trabalho, sob o regime jurídico da CLT e legislação complementar, na área Ciência da Informação sub-área de conhecimento Bibliotecologia e na disciplina/conjunto de disciplinas: Arquivologia da Informação Digital, Bibliotecas e Repositórios Digitais, Preservação Digital, junto ao Departamento de Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências do Câmpus de Marília.

O contratado deverá exercer as atividades de docência em cursos de graduação nos períodos diurno e/ou noturno, dependendo das necessidades do Departamento de Ciência da Informação.

1.1. O salário de Professor Substituto é de R\$ 900,31, correspondente à referência MS-1, em 12 horas semanais, acrescido de benefícios regulamentados internamente.

OS CARGOS DO candidato terão o título superior ao exigido, o salário será correspondente à titulação.

Por tratar-se de contratação em caráter emergencial e temporária, ainda que o candidato venha a obter titulação acadêmica superior após a assinatura do contrato, este não será considerada para fins de aumento salarial.

2. INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições serão recebidas via internet, no seguinte endereço eletrônico <https://inscricoes.unesp.br>. O candidato deverá:

1 - Preencher o formulário eletrônico no período de 26 de agosto a 17 de setembro de 2021, no horário das 0 às 23:59 horas, com exceção do último dia de inscrição, dia 17/09/2021, até às 16 horas.

1 - Emitir o documento bancário e realizar o pagamento da taxa de R\$ 108,00 até 1 (um) dia útil após o término do prazo previsto no item I. Os boletos estarão disponíveis para pagamento na área do candidato com acesso pelo link: <https://inscricoes.unesp.br> em até dois dias úteis após a data da inscrição (item II). Já os boletos gerados no último dia previsto no item I, estarão disponíveis para pagamento no dia útil seguinte (20/09/2021), na área do candidato com acesso pelo link: <https://inscricoes.unesp.br> e deverão ser pagos, impreterivelmente, nesse mesmo dia.

2.2. O candidato que tiver interesse na redução da taxa de inscrição deverá se inscrever nos 02 (dois) primeiros dias do período de inscrição, satisfazidas as exigências do item 5.

3. CONDIÇÕES PARA INSCRIÇÃO

3.1. Poderão inscrever-se graduados em curso superior que tenham, no mínimo, certificado de especialização em nível de pós-graduação ou título de Mestre na área das disciplinas que pretendem lecionar. A qualificação necessária à inscrição para o concurso será demonstrada por estudos, em nível de graduação, na área, subárea do conhecimento à qual se integra a disciplina ou conjunto de disciplinas objeto do concurso.

3.1.1. Os diplomas de graduação com validade nacional ou os obtidos no exterior serão aceitos para fins de inscrição;

3.1.1.1. Os diplomas de graduação obtidos no exterior deverão estar revalidados por Universidades Públicas, atendendo os termos do artigo 48 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº 9.394/1996;

3.1.2. Os diplomas de Mestrado e de Doutorado serão aceitos, quando obtidos em cursos de pós-graduação recomendados pela CAPES e autorizados pelo Conselho Nacional de Educação (CNE);

3.1.3. Os diplomas de Mestrado e de Doutorado obtidos no exterior serão aceitos, desde que estejam reconhecidos e registrados por universidades que possuam cursos de pós-graduação recomendados pela CAPES e autorizados pelo Conselho Nacional de Educação (CNE).

3.2. O candidato estrangeiro poderá inscrever-se no concurso público com passaporte, entretanto, por ocasião da contratação deverá comprovar, ser portador de visto permanente ou a cédula de identidade com visto temporário com prazo de validade compatível. Caso ainda não possua, deverá apresentar no prazo de 30 (trinta) dias, cópia simples do protocolo do pedido de visto temporário.

4. DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA A INSCRIÇÃO

4.1 Para a confirmação da inscrição o candidato deverá apresentar os seguintes documentos, escritos nos itens 4.1.1 a 4.1.5, em formato PDF (Portable Document Format), via endereço eletrônico: rh.marilia@unesp.br, até o último dia do prazo previsto no item 2.1.11 (20/09/2021):

4.1.1 formulário de inscrição devidamente preenchido (obtido no item 2.1) e assinado, indicando nome completo,

número da cédula de identidade, data de nascimento, filiação, naturalidade, estado civil, residência, profissão e endereço eletrônico, instruindo-o com os seguintes documentos, cópias simples frente e verso:

4.1.2. cédula de identidade ou carteira nacional de habilitação e no caso de candidato estrangeiro: cédula de identidade de estrangeiro com visto temporário e no falta deste, o passaporte;

4.1.3. comprovante de graduação em curso superior, bem como de ser portador de certificado de especialização em nível de pós-graduação ou título de Mestre na área das disciplinas que pretendem lecionar ou cópia da ata de defesa da tese, condicionada a apresentação do título homologado, na ocasião da contratação (quando for o caso).

4.1.4. comprovante de recolhimento da taxa de inscrição, no valor de R\$ 108,00.

4.1.5. Currículo Lattes documentado das atividades realizadas, em 01 via devidamente documentada (inclusive com o histórico escolar - graduação e pós-graduação do candidato) no qual sejam indicados os trabalhos publicados e todas as demais informações que permitam cabal avaliação do mérito do candidato.

4.2. O corpo do e-mail deverá ser identificado conforme modelo abaixo:

Concurso Público para contratação de Professor Substituto na disciplina/conjunto de disciplinas: Arquivologia da Informação Digital, Bibliotecas e Repositórios Digitais, Preservação Digital

Edital nº 180/2021-STDARH

Nome: _____

RG/Número de Inscrição: _____

E-mail do candidato: _____

4.3. A não entrega dos documentos listados, dentro do prazo previsto no item 4.1, implicará no indeferimento da inscrição.

5. REDUÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO - LEI 12.782/2007

5.1. A redução do valor da taxa de inscrição, correspondente a 50% (cinquenta por cento), será concedida aos candidatos interessados que atendam, CUMULATIVAMENTE, os seguintes requisitos:

I - sejam estudantes, assim considerados os que se encontrem regularmente matriculados em curso superior, em nível de graduação ou pós-graduação.

II - percebam remuneração, mensal, inferior a 02 (dois) salários mínimos, ou estejam desempregados.

5.2. A concessão da redução ficará condicionada à apresentação pelo candidato, no ato da inscrição:

I - quanto à comprovação da condição de estudante, de um dos seguintes documentos:

a) certidão ou declaração, expedida por instituição de ensino pública ou privada;

b) carteira de identidade estudantil ou documento similar, expedido por instituição de ensino pública ou privada, ou por entidade de representação discente;

II - quanto às circunstâncias

